

História e Invenção de Tradições no Campo do Futebol

Antônio Jorge Soares

*E devo dizer que, se não há diferenças entre os fatos da história e a ficção,
então não faz sentido ser historiador.*
Eric Hobsbawm¹

Introdução

Ao recorrer à literatura, acadêmica ou jornalística, sobre o passado do futebol brasileiro, temos a impressão de estarmos sempre lendo os mesmos textos, com variações não significativas. Em quase toda a produção sobre a história do futebol brasileiro encontram-se três momentos narrativos integrados ou amalgamados, que falam da chegada do futebol inglês e elitista ao Brasil, da sua popularização e do papel central do negro nesse processo. O primeiro momento narra a chegada do futebol e enfatiza a *segregação dos negros e dos pobres*, o segundo relata suas *lutas e resistências* e o terceiro descreve a *democratização, ascensão e afirmação* do negro no futebol. Esse tipo de narrativa, reproduzido no interior

Nota: Agradeço em especial a Hugo Lovisolo pelos comentários e sugestões que fizeram enriquecer o presente texto.

das ciências sociais, encontra sua origem e validade no livro *O negro no futebol brasileiro* (NFB), escrito por Mário Filho, cuja primeira edição foi publicada em 1947 e a segunda, acrescida de dois novos capítulos, em 1964.² Assim, o NFB funciona como história mítica que vai sendo atualizada adequando-se às demandas de construção de identidade e/ou às denúncias anti-racistas, independentemente do piso sociológico, histórico ou antropológico do qual os textos afirmam partir.

A reiteração obsessiva de tal narrativa confirma, valida e faz verdadeira a história contada. Os “causos” ou fatos descritos a partir do NFB assumem toda a carga explicativa, mais simbólica do que argumentativamente, do processo de exclusão, popularização, democratização e construção do estilo brasileiro de jogar futebol. Pode-se dizer que novas narrativas acabam por fazer parte da mitologia ou da invenção da tradição do futebol brasileiro (cf. Hobbsbawm e Ranger, 1997). Assim, a recontada história do futebol transforma-se em mito, tal como definiu Watt (1997): “uma história tradicional largamente conhecida no âmbito da cultura, que é creditada como uma crença histórica ou quase histórica, e que encarna ou simboliza alguns valores básicos de uma sociedade”.³

Mas, poder-se-ia perguntar, que problemas haveria em usar Mário Filho como fonte de fatos e interpretações da história do futebol brasileiro? De fato, não haveria problema algum se a obra fosse tomada como mais uma fonte de informação e contrastada ou cruzada com outras. O problema é que a obra em questão tem sido utilizada, no interior das ciências sociais, como prova para as interpretações, estabelecidas *a priori*, sobre as relações raciais no futebol e sobre o singular estilo de futebol nacional. A carência de historiografia sobre o futebol converteu o NFB em clássico, na verdade em laboratório de provas, sem passar pelo rigor da crítica. Um dos sintomas da carência, ou mesmo da ausência de fontes é o fato de os consumidores do NFB, que chamo de “novos narradores”,⁴ construírem legitimações acadêmicas da obra e de seu autor:

1 – “[E]m *O negro no futebol brasileiro* Mário Filho faz uma verdadeira etnografia da relação do clube de fábrica com a vida social local dominada pela vida operária no bairro de Bangu.” (Leite Lopes, 1994: 80)

2 – “*O negro no futebol brasileiro* é uma obra de significativa importância para a história do futebol brasileiro (talvez a mais completa fonte historiográfica já levantada sobre nosso futebol) e, mais que isso, uma contribuição valiosa para a compreensão de nossa identidade.” (Gordon Jr., 1995: 72)

“Cabe ainda uma última palavra sobre o livro de Mário Filho. *O negro no futebol brasileiro* é um livro rico e interessante, um relato

vivo e minucioso da luta do negro na sociedade brasileira, dentro de uma esfera particular e significativa – o futebol. Com ele, Mário Filho deixou um relato objetivo sobre a devida dimensão do futebol no processo de democratização das relações raciais no Brasil.” (Gordon Jr., 1996: 77)

3 – “Vale a pena citar Mário Filho, sem dúvida, o maior conhecedor do futebol brasileiro dessa época. Extremamente objetivo, o autor nos dá uma noção precisa da ascensão e perseguição ao Vasco, quando da conquista do campeonato em 1923.” (Caldas, 1990: 46)

Os cientistas sociais que utilizam a obra de Mário Filho a qualificam de verdadeira, objetiva e completa. Parecem anunciar que, de fato, pouco teríamos a dizer sobre o período por ela coberto. Contudo, a utilização acrítica de dados e interpretações do NFB faz com que os “novos narradores” acabem por incorporar o viés nacionalista que inspirou Mário Filho, embora desejem atacar a democracia racial e acentuar o racismo ou a segregação na sociedade brasileira. Deixam de considerar que o NFB e seu autor sofreram as influências dos anos 30 e 40, marcados, sobretudo, pela mentalidade nacionalista e pela esperança da conciliação racial. As elaborações de Mário Filho sofreram a influência não só do pensamento de Gilberto Freyre, mas também de um “freyrismo popular”.⁵ A visão de Mário Filho, como a de outros intelectuais, artistas e escritores de sua época, está condicionada pela crença em um Brasil que, em poucos anos, teria passado da escravidão para a integração racial, via mestiçagem, caldeamento, amálgama ou conciliação. A mensagem que se poderia extrair dessa visão é a de que não só o nosso racismo seria diferente, como estaríamos superando o racismo, embora os Estados Unidos, com todo o seu desenvolvimento, não o tenham feito. Por essa razão seríamos originais, especiais, e teríamos nossa própria história, identidade e futuro.

Mário Filho não escreveu história em sentido clássico, mas se utilizou da memória dos amigos, de fatos e de sua criatividade de prosador para escrever crônicas romanceadas do futebol. Construiu um romance que é um épico do negro no futebol brasileiro, onde os fatos são lidos, remontados e redescritos como tramas raciais. Tanto é assim que sua narrativa opera com uma espécie de deslocamento de foco: qualquer “causo” ou fato serve para colocar em destaque a separação entre brancos e negros (ricos e pobres), a resistência dos últimos aos primeiros e a singular integração nacional a partir do futebol. A narrativa do NFB acaba por emitir a mensagem: o futebol, quando branco, era um produto importado; quando preto e mestiço, torna-se brasileiro. Observe-se que esse tipo de narrativa em muito se assemelha à estrutura do conto, no sentido de Vladimir Propp (1984). O racismo no NFB pode ser pensado como o “inimigo interno” que impedia a realização da nação, mas que acaba derrotado, no plano da

narrativa, enquanto a nação se realiza em função da integração do negro e da afirmação do futebol brasileiro (cf. Hobsbawm, 1990). Assim, o racismo fica subordinado à unidade nacional na narrativa. De fato, o NFB pode ser pensado com um texto que se ajustou à construção do sentimento de nacionalidade de sua época.

Diante dessa alternativa de leitura, a utilização da obra de Mário Filho pelos “novos narradores” pode ser qualificada como pouco virtuosa, talvez oportunista e, sobretudo, utilitária, por parte daqueles que se nutrem de seus dados e interpretações para denunciar o racismo, a segregação e a ideologia da democracia racial; para achar ou inventar os “processos de resistência do negro”; e, por fim, para elogiar a afirmação do negro no futebol e o processo de democratização. Os “novos narradores”, ao combater a democracia racial salientando o racismo com dados e estórias do NFB, acabam por ser tragados pela construção nacionalista de Mário Filho e terminam, mesmo sem o desejar, elogiando a integração nacional no símbolo do futebol. Os “novos narradores” juntam-se a Mário Filho para manter viva a tradição inventada sobre o Brasil e seu futebol. Essa é a principal hipótese que pretendemos desenvolver ao longo deste texto.⁶

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira realizamos uma síntese parcial da obra de Mário Filho e da estrutura de seu livro. Na segunda apresentamos como a estrutura narrativa do NFB está reproduzida no interior das ciências sociais.

O conto de Mário Filho e a invenção de uma tradição

A narrativa do NFB mais se aproxima do campo do romance, do conto ou da construção de uma história de identidade, no sentido de Hobsbawm (1998, capítulo 21). Se olharmos o NFB e a ordenação dos seus capítulos, veremos que a estrutura assemelha-se à do conto:⁷ a – ao herói impõe-se uma carência ou dano, uma proibição e o afastamento de sua comunidade; b – a proibição é transgredida, e o herói nessa etapa é enganado ou humilhado por seus antagonistas; c – o herói é submetido a provação, mas algo mágico lhe é doado auxiliando-o a superar as adversidades; d – o herói consegue o triunfo sobre as adversidades; a carência ou dano inicial são reparados, e assim ele retorna à sua comunidade reconhecido pelo seu feito; e – a continuidade do conto sempre levará ao herói uma nova imposição de dano que será mais uma vez reparada ao serem cumpridas todas as etapas subsequentes. Observemos que a narrativa do NFB apresenta mais ou menos essa estrutura.

No primeiro capítulo do NFB (1964), “Raízes do saudosismo”, o dano é imposto ao negro no espaço do futebol por Mário Filho. O capítulo inicia-se com a frase lapidar: “[H]á quem pense que o futebol do passado é que era bom” (p. 3).

A crítica de Mário Filho não se dirige ao sentimento daqueles que pensam o passado como áureo e o presente como pura degradação. A intenção desde a primeira linha é armar um cenário ou trama para dizer que o passado do futebol não era idílico. O futebol seria, antes de tudo, um espaço reservado às elites. Por isso ele diz que “de quando em quando a gente esbarra com um saudosista. Todos brancos, nenhum preto” (ibidem). O saudosista não seria um reivindicador de qualidades do futebol do passado, mas apenas um crítico da popularização, um crítico ressentido de um futebol aristocrata e branco que se tornou popular e, conseqüentemente, negro. Assim, vai construindo Mário Filho a idéia de um passado inglório para explicar como uma história de glórias foi realizada no futebol.

A imagem do *saudosismo* representa separação social e preconceito no texto de Mário Filho.⁸ Representa que o futebol era inglês e que muitos membros da colônia inglesa dividiam esse espaço social com membros das elites brasileiras, principalmente brasileiros que haviam estudado no exterior e lá aprenderam o nobre esporte bretão. Apesar de marcar a idéia de que o futebol era restrito às elites, logo não-negro, na continuidade desse capítulo o autor apresenta uma série de negros, pretos e mulatos, povoando os clubes de elite.⁹

O capítulo termina com o anúncio do primeiro grande herói do futebol brasileiro, o mulato Friedenreich, filho reconhecido de alemão com mãe preta, que se tornou herói ao marcar o gol da vitória brasileira no Campeonato Sul-Americano de 1919. Contudo, o feito torna-se secundário. Mário Filho diz que Friedenreich não se tornara herói simplesmente por ter marcado o gol da vitória, mas por ser mulato, à imagem e semelhança de seu povo. Apoiando-se em Freyre, Mário Filho diz que o imaginário popular prefere acariciar um herói ou santo com barba e cabelo carapinha do que um louro de olhos azuis (p. 54). Friedenreich, segundo Mário, teria feito o povo descobrir que “o futebol devia ser de todas as cores, futebol sem classes, tudo misturado, bem brasileiro”(ibidem); “o chute de Friedenreich teria aberto o caminho para a democratização do futebol brasileiro, democratização que viria lentamente, mas que não pararia mais, a despeito de tudo”(ibidem).

No segundo capítulo, “O campo e a pelada”,¹⁰ a intenção de Mário Filho é na rar a forma pela qual as camadas populares, os negros em especial, se socializaram com o futebol. A separação entre brancos e negros, ricos e pobres, ainda é uma tônica nesse capítulo; o negro ainda se encontra afastado da comunidade do futebol dos “grandes clubes” e em situação de “dano”. Mas, aos poucos, Mário vai mostrando como os negros se socializaram com o esporte, ganharam visibilidade nesse espaço e ainda assim eram alvo de preconceito. A popularização e a socialização do futebol são momentos estratégicos na narrativa. O texto descreve novos personagens e renova funções de personagens já citados,

bem ao estilo dos contos. Por exemplo, Friedenreich, que no capítulo anterior tinha sido elevado à condição de herói por sua raça ou por sua cor, perde agora a cor em função da necessidade do autor de marcar as distâncias entre negros e brancos.

Mais uma prova de que o futebol era um jogo de branco. Nenhum clube com um mulato, com um preto no time, tinha sido campeão de 6 a 22. Só o escrete brasileiro, com Friedenreich. Friedenreich, porém, tinha pai alemão, não queria ser mulato. Nem mesmo quando se separou o branco do preto, quando se quis ver quem jogava mais, o branco ou o preto. Formava-se um escrete de brancos, um escrete de pretos e mulatos, Friedenreich não era escalado em nenhum dos dois.

Uma homenagem que se prestava ao autor da vitória do Brasil de 19. Nem branco nem mulato, sem cor, acima dessas coisas. (p. 119)

“O campo e a pelada” estabelece, inicialmente, a separação entre elites e populares. As elites possuíam o *ground* ou o *field* para o aprendizado do futebol à inglesa, e os populares possuíam a pelada ou racha nos terrenos baldios. Mário inicia o capítulo assim: “[O] jogador branco tinha de ser, durante bastante tempo, superior ao preto. Quando o preto começou a querer aprender a jogar, o branco já estava formado em futebol. O grande clube sendo uma espécie de universidade” (p. 59). Mário Filho diz que o branco aprendia o futebol na academia, com professor, e o preto e o mulato aprendiam na “escola pública”, isto é, na rua, sem professor. Mas, desse aprendizado sem professor, descalço, com bola improvisada, é que nasceria a forma de o negro aprender a jogar o futebol à brasileira. Diz Mário: “O branco dos *fields*, dos grandes clubes, tendo ainda por cima um professor, o capitão do time gritando sem parar, em inglês, o preto das peladas, das ruas, não tendo ninguém. A única coisa que o ajudava era a intuição...” (p. 60). Da escassez e da “intuição” nasceria o estilo brasileiro de futebol, isto é, o elemento mágico de que o herói precisa para vencer as adversidades.

Mário, depois de marcar o papel marginal do negro no aprendizado do futebol, anuncia que a vantagem do futebol branco estava com seus dias contados. O Vasco compõe seu time com pretos, mulatos e brancos, quase todos semi-analfabetos e pobres, mas diplomados em bola no pé, e sagra-se campeão em 1923. Segundo Mário Filho, o Vasco teria aberto as portas para pretos e mulatos seguindo a boa tradição da mistura.

Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante, o branco,

tinha de competir, em igualdade de condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto para ver quem jogava melhor.

Era uma verdadeira revolução que se operava no futebol brasileiro. Restava saber qual seria a reação dos grandes clubes. (p. 128)

A reação dos grandes clubes, que o autor destaca, seria a criação de uma nova liga de futebol, a AMEA (Associação Metropolitana de Esporte Amador),¹¹ como protesto e reação à vitória vascaína. Aí estaria a prova do preconceito racial. Diz Mário, já no capítulo seguinte: “[O] que acontecera em 23 precisava não se repetir mais. Era o que explicava a AMEA. Em 24 nascia a AMEA, uma liga de grandes clubes, sem o Vasco” (p. 132). Depois de deixar transparecer que a questão racial teria motivado a criação da AMEA e a exclusão do Vasco, o autor começa a inserir detalhes ou dados que fragilizam a interpretação racial que dá à primeira vista.¹²

No terceiro capítulo, “A revolta do preto”, Mário trata do contínuo processo de apropriação do futebol por aqueles que pertenciam aos estratos inferiores da sociedade, sem com isso deixar de relatar os avanços e retrocessos em direção à integração e à democratização do futebol. Os negros e mulatos revelam-se excelentes jogadores, e os clubes já não poderiam deles prescindir. Essa é a tônica da narrativa nesse capítulo. Assim, a correlação de forças começava a mudar. O jogador passa a ser mais importante que o clube. A vitória do Vasco em 1923 seria a prova e a resposta da competência de negros e mulatos. Outra resposta seria o São Cristóvão em 1926, vitorioso por ter apostado na mistura das raças e ter-se sagrado campeão. Mário Filho, no entanto, afirma que essas equipes sofreram um processo intensivo de treinamento, idéia contrária à improvisação e naturalidade do jogador brasileiro. Todavia, a tônica do seu discurso é que essas vitórias significavam que o bom futebol não se joga à inglesa ou só com brancos, mas à brasileira, com pretos, brancos e mulatos, tudo bem misturado.

“A revolta do preto” assume diferentes sentidos. Descreve a insubordinação, a exploração, a doença e a luta do jogador negro. Entretanto, o fundamental nesse capítulo é o fato de ele abrir o caminho para a ascensão social do negro. Poder-se-ia dizer que a unidade estava a caminho mas ainda não triunfara, e que os “inimigos” estavam definhando. O herói tem sempre que passar por obstáculos e desafios para que a vitória final tenha sentido dramático. Nos “novos narradores”, toda essa narrativa transforma-se em linguagem sociológica da resistência, sendo que essa categoria assume uma polissemia incontável.

“A ascensão social do negro”, título do último capítulo da primeira edição, seria a conclusão à qual Mário Filho chegaria em 1947.¹³ O capítulo seria a resposta à trama montada: o negro excluído no início do futebol à inglesa, assistindo ao jogo da geral, se tornaria, nas décadas de 30 e 40, a expressão do

futebol brasileiro. O negro que jogava “sabendo o seu lugar” passaria, nesse período, a afirmar-se frente à elite branca. Um encontro entre Friedenreich e Leônidas da Silva é descrito de forma que parece confirmar a tese de que o primeiro teria aberto o caminho para a democratização do futebol, e o segundo continuaria a saga do negro como herói: Friedenreich, herói do Sul-Americano de 1919; Leônidas da Silva, o maior ídolo do futebol dos anos 30 e 40 e o inventor da bicicleta. Ambos negros, por isso heróis de “barba e cabelo carapinha”, à imagem e semelhança do povo brasileiro (p. 54 e 375).¹⁴

“[O]s pretos estavam por cima”, conjectura Mário Filho em função da conquista da Copa Rio Branco em 1932 (p. 214). O autor reforça essa idéia citando o texto que José Lins do Rego havia escrito para o prefácio do livro *A Copa Rio Branco*, 32, de autoria do próprio Mário Filho: “Os rapazes que venceram, em Montevideú, eram um retrato da nossa democracia racial, onde Paulinho, filho de família importante, se uniu ao negro Leônidas, ao mulato Oscarino, ao branco Martim. Tudo feito à boa moda brasileira” (ibidem).

Boa parte do capítulo “A ascensão social do negro” é gasta narrando a mobilidade social¹⁵ e a democratização que se operou no espaço do futebol. Na edição de 1947 Mário Filho sentenciava que “em *foot-ball* não havia o mais leve vislumbre de racismo. Todos os clubes com seus mulatos e seus pretos. Um preto marca um *goal*, lá vêm os brancos abraçá-lo, beijá-lo. O *goal* é de um branco, os mulatos, os pretos, abraçam, beijam o branco” (p. 293).

Esse e outros tipos de afirmação sobre o poder democrático do futebol e o fim do racismo foram suprimidos na segunda edição, ainda que o autor afirme ter mantido intacto o texto da primeira. Com a supressão dos trechos conclusivos, Mário pôde acrescentar dois novos capítulos: “A provação do preto” e “A vez do preto”. Observe-se que os títulos indicam mais uma vez novas situações de “dano” e superação pelas quais o herói negro deverá passar ao longo da narrativa. As supressões de segmentos de textos da primeira edição sobre a realização final na democracia racial poderiam ser interpretadas como uma releitura de Mário Filho sobre o racismo brasileiro. Entretanto, se mergulharmos nos novos capítulos, veremos que as supressões apenas apagam o triunfo da democracia racial e o final feliz do herói negro em 1947, impondo-se-lhe novos danos e provações para se anunciar o triunfo final na edição de 1964.

No capítulo “A provação do preto” desenrola-se um roteiro que procura demonstrar que o negro ainda estaria em desigualdade. Mário faz voltar a cena do preconceito racial ou “dano” imposto ao negro num outro nível. O novo texto não omite que o negro havia conquistado um lugar no futebol brasileiro, nem que os grandes clubes possuíam negros em suas equipes. Apesar disso, o nosso autor crê que a preferência pelo jogador branco não se havia extinguido, pois em igualdade de condições o negro ainda seria preterido.

O novo capítulo foi construído instilando ambigüidades e contradições ainda vividas no futebol. Apesar de os anos 30 terem revelado Leônidas e Domingos, e de o futebol ser o maior meio de ascensão social para o negro, o racismo não acabara – não acabara apenas na segunda edição, pois na primeira era página virada na história. O negro mais uma vez estaria em situação de provação. Assim, “A provação do negro” começa enunciando a derrota do Brasil em 50, mas deixa a descrição desse drama para o último capítulo.

“A vez do preto” inicia-se com a descrição da derrota de 16 de julho de 1950. O clima de euforia havia tomado conta da nação após a vitória do Brasil sobre a Espanha, no jogo que ficou conhecido como “Touradas de Madri”.¹⁶ O Brasil já era o campeão desde a véspera, e faltava apenas o Uruguai. Mário Filho faz questão de dizer que o excesso de confiança não vinha dos jogadores. A confiança desmedida vinha do torcedor, vinha do brasileiro. Todos estavam ainda embevecidos pela vitória sobre a Espanha.

Mário Filho, bem ao estilo de narração de um jogo transmitido pelo rádio, vai descrevendo o fatídico “desastre de 16 de julho” como um drama, um velório à italiana.¹⁷ Descreve tensões, ações e gols que fizeram a desgraça nacional. Enfim, detalha o cenário formado antes, durante e depois do jogo. Os brasileiros esperavam que a goleada sobre a Espanha se repetisse. O Brasil saiu na frente, o Uruguai empatou e virou o jogo. Mário Filho diz que quando o árbitro deu o apito final “o Maracanã transformou-se no maior velório da face da terra. Todo mundo queria ir embora, desaparecer... Ouviam-se gritos de viúvas sicilianas” (p. 335).

A derrota do Brasil teria supostamente começado quando o uruguaio Obdúlio Varela (*El Gran Capitán*) deu safanões em Bigode (jogador brasileiro bastante viril, que tinha sido orientado a não reagir às provocações) e uma bronca em seu companheiro Gigghia, que viria a crescer muito no jogo e marcar o gol da vitória.¹⁸ Por esse episódio, identificou-se como o primeiro grande culpado do time brasileiro o negro Bigode, que se teria intimidado com os safanões de Obdúlio Varela. O segundo grande culpado foi o goleiro Barbosa.¹⁹ O terceiro culpado, Juvenal, outro negro, foi apontado pelo técnico Flávio Costa. “Assim três pretos foram escolhidos como bodes expiatórios: Barbosa, Juvenal, Bigode. Os outros mulatos e pretos ficaram de fora: Zizinho, Bauer, e Jair da Rosa Pinto” (p. 335). O fato de outros negros e mulatos não terem sido culpabilizados torna pelo menos ambígua a idéia do *recrudescimento do racismo* cunhada por Mário Filho. Mais ainda, a pesquisa nos jornais da época não registra nenhuma referência à culpa pelo fato de os três serem negros. Porém, a narrativa de Mário prossegue tentando demonstrar que a derrota de “16 de julho” fizera reacender o debate e os preconceitos em torno da raça.

O *recrudescimento do racismo* deve ser lido, como dito anteriormente, como uma estratégia da estrutura da narrativa que anuncia dano, perseguição, injustiça e separação, para depois apresentar a vitória dos injustiçados e o retorno da unidade.

O negro, a partir da Copa de 50, teria vivido todos os problemas de perseguição, injustiça e preconceito, que só seriam superados definitivamente com a vitória na Copa de 58. O mulato Garrincha e o preto Pelé saíam heróis nacionais nessa Copa. Mas é com a figura de Pelé que, definitivamente, Mário Filho vai demonstrar que o negro poderia ser negro e ter orgulho de sua raça. A narrativa indicaria Pelé com mais atributos de nobreza que os heróis anteriores. Friedenreich e Leônidas da Silva, também negros, se diferenciariam de Pelé por não terem o mesmo orgulho da cor ou da raça. De certa forma, vários negros haviam passado pelo futebol brasileiro, e quando ascendiam socialmente eram embranquecidos. A ideologia do branqueamento indica que a mobilidade social corresponde a “mobilidade racial”. Entretanto, Pelé, na narrativa, teria ascendido socialmente sem requerer o embranquecimento.

Observemos a seguir como a tradição inventada por Mário Filho vai sendo atualizada e transformada pelos “novos narradores” nos momentos narrativos de *segregação*, de *luta e resistência* e de *democratização e afirmação do negro* no futebol.

Os “novos narradores” e a atualização da tradição

A segregação

O primeiro núcleo narrativo fala de *segregação* e reitera a idéia de que só as elites brancas ou aristocráticas tinham acesso ao futebol. Assim, o futebol, em seu início ou fundação no Brasil, seria elitista e racista, na medida em que os pobres, e especialmente os pretos e mulatos, eram dele excluídos. Os “novos narradores” outorgam maior peso à exclusão dos negros que à dos pobres brancos. A história contada reitera o tom do dano que os negros sofreram com a introdução do futebol. O fato de o futebol, introduzido pelas e para as elites, ser encarado como segregação pode, por analogia, indicar que outras apropriações culturais (como a moda francesa, a literatura ou o hábito do *five o'clock*) eram também segregadoras. Observe-se que o conceito de segregação se confunde com o de distinção social no interior das novas narrativas.

Mário Filho, por sua vez, não usa a palavra segregação; trabalha com a idéia de barreiras raciais e de classes a partir das oposições futebol branco *versus* preto, time grande *versus* pequeno, times da cidade *versus* do subúrbio. Essas imagens aparecem como sinônimos de distinção social, divisão social, precon-

ceito de classe ou raça. Os “novos narradores” “desambigüizam” sua fonte e enfatizam a idéia de exclusão e segregação. A situação de dano, imposta ao negro por Mário Filho, transforma-se, nas novas narrativas, em linguagem de segregação, exclusão e proibição. Nessa linha de construção, Murad afirma que o

requintado esporte de elite, em seu momento inicial, o “violento esporte bretão”, como passou a ser conhecido, assumiu irre-
cusável posição de classe e produziu já na sua origem sua primeira forma de violência social e racial, bem como as primeiras vítimas, quando chegou ao extremo de ser proibido a negros e pobres, já fortemente discriminados e estigmatizados numa formação social dominada pelo colonialismo e pelo escravismo, enquanto constantes estruturais. (1994: 72)

Gordon Jr. vai na mesma direção:

Note-se que essa ausência de jogadores negros não era casual: havia mesmo, até 1918, uma imposição formal da Federação Brasileira de Sports (à época, órgão regulamentador em nível nacional) contra a participação dos negros nas equipes esportivas. Foi somente em 18, cedendo às pressões de setores da imprensa, que a Federação autorizou formalmente os clubes e entidades regionais a aceitarem inscrições de negros. (1995: 80)²⁰

As afirmações são feitas categoricamente sem que se apresentem documentos ou sem que as fontes utilizadas sejam tratadas com rigor e crítica; os regulamentos ou leis segregadoras não são citados. Gordon Jr., por exemplo, fundamenta essa afirmação baseado exclusivamente no Caderno Especial *100 Anos de Futebol*, publicado pela *Folha de S. Paulo* em 16 de janeiro de 1994. Gordon Jr. não se questiona e não averigua a natureza dos dados utilizados para afirmar a imposição formal que proibia a participação de negros. Embora o autor pareça cruzar seu texto, empiricamente fundado no NFB, com outros estudos sobre as relações raciais, não acha suspeito afirmar que existia uma “imposição formal” proibindo a participação de negros após a Abolição. Um dos problemas que sempre tornou difícil a discussão do racismo brasileiro em comparação com o norte-americano, após a Abolição, é o fato de o Brasil não possuir estrutura legal de segregação, enquanto os Estados Unidos possuíam leis segregacionistas até a década de 50.²¹ Se existem provas de “imposições formais”, portanto escritas e documentadas, acredito que Gordon Jr. devesse dá-las a público. Isso faria rever, em certa medida, boa parte da historiografia e da sociologia sobre as relações raciais no Brasil. Mas, provavelmente, Gordon Jr. não possui fontes seguras para sua afirmação. Por outro lado, se Gordon Jr. estivesse atento ao seu inspirador –

já que ele acredita ser o NFB a maior fonte historiográfica do futebol –, teria visto que Mário Filho afirma que

[os] documentos oficiais me mostraram que a história verdadeira se escreve de outro jeito. Quem manuseasse, como duas vezes, de 6 a 23, os livros da AMEA, de 24 a 32, colocados à minha disposição pelo presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Rivadávia Corrêa Meyer, além dos relatórios da própria Confederação, não descobriria, em parte alguma, nada da luta do negro, se não entrasse na intimidade dos fatos. As atas, a correspondência dos clubes, não falam de negros. As leis não tocam nem de leve na questão da raça. Limitam-se a levantar barreiras sociais, proibindo que trabalhadores braçais, empregados subalternos, contínuos, garçons, barbeiros, praças de pré e por aí afora, jogassem futebol em clubes filiados. (1964, Nota ao Leitor)²²

Os “novos narradores”, com intenção de escrever uma história de identidade, enfatizam o conceito de segregação sem apoio empírico, sem fontes seguras e sem fineza analítica e, sobretudo, sem distinguir, como Freyre insistia, preconceito de segregação, para, subsequente, inventar uma linguagem de luta e de resistência. Contudo, acabam reproduzindo a figura do dano presente no capítulo “Raízes do saudosismo” do NFB. Há que se destacar que essa idéia do dano aparece de forma mais complexa e ambígua no NFB.

Luta e resistência

O segundo momento elabora-se em torno da fase heróica: conta o processo de *luta e resistência* dos segregados, mulatos e pretos, para se apropriar desse bem cultural. As narrativas partem do entusiasmo quase instantâneo e crescente que teriam tido os populares pelo esporte, que, contra a profecia de Graciliano Ramos, tornou-se um fogo de palha insólito, por duradouro (cf. Soares e Lovisolo, 1997). Teria sido nas fábricas têxteis, nos campos de várzea ou nos terrenos baldios que a parte negra da sociedade brasileira, os “excluídos”, teriam tido acesso ao futebol. O caminho de acesso pelos clubes de fábrica, segundo as interpretações até hoje formuladas, teria tido os seguintes ingredientes, no caso do Rio de Janeiro: os técnicos ingleses (operários qualificados), vindos diretamente da Inglaterra para trabalhar na Cia. Progresso Industrial, de capital português, organizaram-se rapidamente para formar o Bangu Football Club. Mas, em função do número insuficiente de ingleses para formar duas equipes, foram obrigados a contar com a participação dos operários. A razão utilitária, nesse caso, parece predominar sobre os supostos impulsos racistas que animaram a introdução do esporte no país. A necessidade é posta como porta de entrada

para explicar o processo de apropriação do futebol pelos operários negros, mestiços e brancos pobres. Estes, pertencentes à parte inferior da sociedade, teriam sido misturados aos “legítimos” brancos, os ingleses, para aprender e praticar as artes do esporte bretão. Mas poder-se-ia perguntar: aprender o quê?

Pelo tom das narrativas as respostas assumem contornos contraditórios e quase mitológicos. Os operários teriam aprendido com os ingleses o já sabido, pois, segundo os narradores tradicionais e os “novos narradores”, o futebol já estaria no “sangue” afro-brasileiro, estaria no sangue do corpo oprimido pela chibata, mas liberto nas rodas de samba e de capoeira. Desenvolver habilidades com o corpo teria sido para o negro o requisito básico para sua sobrevivência no passado escravo e, já no mundo da liberdade formal, ele teria encontrado no futebol uma arena naturalmente adequada para sua expressão e resistência à opressão.²³ Nesse tipo de construção está suposto que os negros, se possuíam uma habilidade natural ou historicamente condicionada, apenas aprenderam o formato do jogo: os objetivos, as regras e as táticas do esporte. Observe-se que o argumento que soa como politicamente correto poderia conter as sementes de um certo “racismo invertido” que se manifestou, tradicionalmente, no elogio da sensibilidade do negro para a música e de sua força, resistência e habilidade corporal. O negro seria “naturalmente” bom para o trabalho pesado e para a expressão estética na dança, na luta da capoeira e na música. A capacidade intelectual ou de razão e de condução ficava, por certo, fora do elogio. O argumento a favor do negro no futebol poderia tornar o preconceito tradicional virtude esportiva.

Assim, os “excluídos” teriam inventado, mediante a improvisação baseada numa densa experiência corporal, uma nova e sedutora forma de jogar o rígido esporte bretão, um estilo original cheio de floreios, de dança, de ginga e de malícia, às margens do aristocrático, disciplinado e coletivo jogo inglês. Esse tipo de construção reproduzida pelos “novos narradores” foi pioneiramente elaborada por Gilberto Freyre num artigo jornalístico intitulado “*Foot-Ball mulato*”,²⁴ onde a boa participação do Brasil na Copa da França de 1938 é vista como um elogio à mistura de raças na equipe:

Um repórter me perguntou anteontem o que eu achava das admiráveis performances brasileiras nos campos de Strasburgo e Bordeaux.

Respondi ao repórter (...) que uma das condições de nosso triunfo, este ano, me parecia a coragem, que afinal tivéramos completa, de mandar à Europa um time fortemente afro-brasileiro. Brancos, alguns, é certo; mas grande número, pretalhões bem brasileiros e *mulatos ainda mais brasileiros*. (...)

O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de espontaneidade individual em que se exprime o mesmo mulatismo de que Nilo Peçanha foi até hoje a melhor afirmação na arte política.

Os nossos passes, os nossos pitu's, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, alguma coisa de dança ou capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo flamboyant e ao mesmo tempo malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil. (grifo nosso)

Pode-se notar que a opinião de Freyre, expressa acima, nos serve como uma das muitas evidências que existem para demonstrar como foi construída uma história da identidade brasileira via futebol. No entanto, não se pode tomar tal opinião como um argumento que legitime ou explique o sucesso do futebol brasileiro via integração racial, miscigenação ou embate racial no futebol. De fato, a identidade é construída ou inventada socialmente. Apesar de muitos dos estudos sobre o futebol brasileiro aceitarem essa premissa, suas narrativas acabam naturalizando, essencializando e legitimando tal construção social através de uma história que se explica pelos atributos raciais do negro e da miscigenação.

É verdade que o “estilo brasileiro”, do qual são os jogadores negros ou mestiços os principais artesãos, afirma-se na medida mesma em que ele pode melhor aparecer e caracterizar-se através da criação de jogadas, estas micro-reinvenções do jogo, que se tornam associadas à individualidade de determinados jogadores. Tal é o caso da invenção acrobática da “bicicleta” por parte de Leônidas (...). (Leite Lopes, 1994: 75)

Leite Lopes, ao longo do artigo, como na citação anterior, não se preocupa em distinguir as demandas de construção de identidade no jornalismo esportivo das ficções e das evidências que toma do NFB. A citação acima indica que Leite Lopes toma como verdade e valor a idéia de que o negro realizou micro-reinvenções no jogo, e uma das evidências que toma é a “bicicleta” inventada por Leônidas. É interessante que essa jogada é denominada “chilena” nos países de língua espanhola da América Latina. Galeano (1995: 57) afirma que foi inventada pelo chileno Ramón Unzaga, e que David Unzaga a exibiu nos estádios da Espanha quando o Colo-Colo viajou à Europa. Não importa tanto

qual é a verdade sobre a bicicleta ou chilena, mas é necessário reconhecer como são inventadas as tradições na repetição acrítica. Ainda que os “novos narradores” entendam que a originalidade do brasileiro e de seu futebol é construída ou inventada, ao nutrirem-se do NFB, acabam por naturalizar e reforçar essas tradições. A ausência de um olhar comparativo reforça o centrimento sobre a própria tradição tornando bem mais difícil uma atitude de distanciamento.

As histórias ou quase-histórias que subsidiam a invenção de tradições sempre apresentam entre os ingredientes um momento fundador. Assim, o estilo brasileiro de futebol também possui um fundador ou um herói que encarna essa fundação. O mulato Friedenreich volta à cena para continuar sendo o herói que encarna a fundação. A tradição de Mário Filho vai sendo constantemente atualizada. Observem-se as palavras de Joel Rufino dos Santos:

O cuidado que os primeiros clubes tiveram ao recrutar estes elementos tapa-buracos é curioso: não podia ser preto, naturalmente; nem procurado pela polícia. Mulatos serviam, desde que fossem excepcionais com a bola no pé (e, como o célebre Carlos Alberto, pudessem embranquecer com pó de arroz). Ah! Uma coisa importante: tinham que jogar à européia, repetindo os movimentos e jogadas ensinadas pelos folhetos ingleses que se vendiam junto com o material de jogo.

Foi aí que apareceu Friedenreich. “Incrível o que se viu naquela tarde de ontem, meus amigos! El tigre, El namorado de la América, com gingas espetaculares, driblou oito *inimigos* da Pátria. Embaixo dos paus, não quis fazer o goal, voltando até o meio do campo. Os inimigos arrancaram-lhe, de puro ódio, 12 dentes da boca...

(...) Ele foi o fundador da Escola Brasileira de Futebol: o drible desconcertante, a firula diabólica, a doce matada no peito, o passe que deixa o companheiro cara a cara com o goleiro inimigo. Friedenreich rasgou os manuais ingleses que ensinavam a jogar futebol. (Santos, 1982: 18-9)

Numa linguagem mais antropológica, mas com pouco rigor e crítica do uso do NFB, Gordon Jr. também apresenta o início da democratização e fundação do futebol brasileiro:

No futebol, como no resto da sociedade, toda essa ideologia da amoralidade negra e mestiça (legitimada pelo “saber científico”) se fazia sentir de forma muito clara. Quando era preciso justificar as derrotas e invectivar os adversários, os argumentos recaíam sobre

negros e mulatos: fracos emocional e intelectualmente, imprestáveis, como dizia o doutor Nina Rodrigues.

Ao lado dessa ideologia, no entanto, novos fatores agiam na direção inversa: contra a segregação, dando início a uma maior aceitação dos jogadores negros. O jogador mulato, que por um lado era objeto da carga *preconceituosa*, servindo de veículo para a manutenção de estereótipos, por outro, teve um papel central na democratização. E particularmente a figura de um mulato foi fundamental para dar início a esse movimento na direção oposta ao *segregacionismo* no futebol – Arthur Friedenreich.²⁵

Com esse nome nada brasileiro, o mulato Friedenreich (filho de um alemão com um negra) se tornaria o maior ídolo do futebol brasileiro da época, marcando o gol da vitória da seleção no Campeonato Sul-Americano de 1919. *Não tanto por ter feito esse gol tão importante, mas pelo fato de ser mulato (...)* Através dele, uma grande parcela dos torcedores, e do povo em geral, começou a perceber que o futebol não precisava de ser de uma só cor, nem só da elite. Podemos imaginar que a importância de Friedenreich se deve ao fato de que ele marca talvez o ponto-chave na identificação do futebol com o *ethos* nacional. (Gordon Jr., 1995: 84-5; grifo nosso)

Gordon Jr. ataca em seu artigo a ideologia da democracia racial, a “fábula das três raças”, mas, ao referir-se ao herói fundador do futebol brasileiro, reedita as crenças que animaram a formação dessa ideologia. O Friedenreich de Mário Filho e dessa tradição, na qual se insere Gordon Jr., se teria tornado herói por ser mulato e não propriamente por seu feito; ou por marcar o “*ponto-chave na identificação do futebol com o ethos nacional*”. A imagem do mulato como redutor de antagonismos, como imagem do Brasil e dos brasileiros, é reeditada pelo crítico da democracia racial.²⁶ Ao reeditar o mito fundacionista do estilo brasileiro de futebol, Gordon Jr. e Joel Rufino dos Santos reeditam a idéia freyreana dos *mulatos ainda mais brasileiros*, mais brasileiros porque fruto da mistura, da miscigenação e, em certa medida, da “fábula das três raças”.

Nessa trilha a tradição vai sendo atualizada, recebendo novos contornos e acréscimos que a tornam uma invenção ou mitologia da identidade nacional. Observe-se a versão a seguir do nascimento do estilo brasileiro do futebol:

Toda essa história antropológica de utilização do corpo foi condensada no futebol brasileiro. Quando começaram a jogar o futebol por aqui, os negros não podiam derrubar, empurrar, ou mesmo esbarrar nos adversários brancos, sob pena de severa punição: os outros

jogadores e até os policiais podiam bater no infrator. Os brancos, no máximo, eram expulsos de campo. Esta redução dos espaços dentro das “quatro linhas”, subproduto de sua situação social, obrigou os negros a jogarem com mais ginga, com mais habilidade, evitando o contato físico e reinventando os espaços. Sim, porque o drible não é outra coisa que a criação de espaço, onde o espaço não existe. Indubitavelmente, foi o jogador negro que imprimiu no futebol brasileiro um estilo próprio de magia e arte, diferente das formas arcaicas do jogo de bola, bem como de sua descendência inglesa imediata. Fausto, Leônidas, Domingos, Waldemar, Petronilho desenharam este instante inaugural, cujo destaque pictórico é a bicicleta. Entretanto, o negro não exigiu o título de propriedade, nem requereu certificado de direito autoral deste futebol-arte. O negro foi socializado, e inúmeros e geniais jogadores brancos foram fundamentais para sua ampliação, divulgação e consolidação. (Murad, 1998: 188)

Murad nesse segmento nos fala de perseguição e desigualdade de tratamento dos árbitros em relação aos negros no espaço do jogo. Da desigualdade imposta nasceria criativamente o estilo brasileiro de futebol. Os negros, por serem “obrigados” a evitar o enfrentamento e o contato corporal com os brancos, inventaram o drible, a ginga de corpo; um estilo de magia e arte tipicamente nacional. As narrativas desse tipo pretendem encontrar formas de resistência do negro ao espaço no futebol, mas acabam por reforçar a idéia de uma integração quase harmônica ou submissa do negro no futebol. O negro foi criativo porque aceitou o “jogo do branco”. O texto deseja ser politicamente correto ao inventar uma história de resistência, mas informa que o negro, mesmo igualado a qualquer jogador pelas regras, devia desviar-se, evitar o confronto e submeter-se. Assim, ao invés de lutar contra a injustiça, inventa um jeitinho, uma saída malandra. O estilo brasileiro poderia, então, ser pensado como produto da submissão e da falta de capacidade de enfrentamento e mobilização dos negros no Brasil? Tais construções, sem dados empíricos, funcionam mais como mitemas que explicam a face heróica da história do futebol brasileiro, mas também podem demonstrar as fragilidades do herói. É questionável que esse tipo de reconstrução imaginária realize algum bem para a causa da igualdade no Brasil, e talvez, no fundo, seja uma apropriação invertida dos preconceitos sobre a “mulatice”.

Tais histórias possuem como pano de fundo supostos conflitos entre elites e populares, brancos e negros, amadorismo e profissionalismo, times de subúrbio e times da cidade, num amálgama no qual é preciso distinguir, classificar e ordenar importâncias de questões e oposições. No entanto, domina, nas novas narrativas sobre o futebol brasileiro, o eixo constituído pelas tensões raciais, e seria o racismo que explicaria e organizaria o conjunto das oposições.

O racismo seria para o Brasil dos “novos narradores” como o parentesco para a sociedade primitiva. Podemos pensar se isso não é produto do peso da formação antropológica entre os novos narradores; contudo, não se distingue, como também manda a tradição antropológica, onde é possível fazê-lo.

As novas narrativas parecem formar uma “gangorra discursiva”: a idéia de segregação alterna-se com a de apropriação cultural sem que se expliquem e se apresentem os mecanismos e as provas empíricas de como se deu esse processo. O estilo de futebol brasileiro teria sido construído não só pelas “habilidades corporais do negro”, mas também em função do racismo dominante na sociedade brasileira que se refletia no espaço do futebol.

Mas os resultados dos primeiros campeonatos de futebol acabariam por ratificar toda essa série de estereótipos e preconceitos contra os negros e mulatos. Até 1923, todos os clubes campeões, no Rio de Janeiro, contavam somente com brancos... A derrota dos times “sem família” servia para demonstrar, no discurso popular, a superioridade do branco.

Obviamente, a distância nos faz perceber que isso se devia antes às boas condições de vida e à melhor infra-estrutura desses times do que a qualquer característica de cor e raça... Eram os “clubes de branco” os campeões em cima dos “clubes de preto”. Os ideólogos da inferioridade negra tomavam o esporte, e então o futebol, como mais uma prova irrefutável de que nas raças humanas os brancos ocupavam a posição mais alta. (Gordon Jr., 1995: 80-1)

O texto de Gordon Jr. é quase uma reprodução literal dos termos e idéias de Mário Filho. Os ideólogos raciais utilizavam-se da vitória dos clubes de “branco” sobre os de “preto” para reforçar o preconceito e os estereótipos raciais. Poder-se-ia perguntar: quem são os ideólogos raciais em carne e osso, e quais os registros de seus pronunciamentos sobre a utilização do futebol para justificar suas ideologias raciais? Sem provas, a suposta conspiração do passado apenas parece servir às construções de identidade étnica, numa versão do politicamente correto que se projeta no presente. É necessário destacar que não se está afirmando que não existia ou não existe preconceito racial na sociedade brasileira e no futebol. Seria absurdo pensar que não há preconceito racial numa sociedade que pouco tempo atrás mantinha a instituição da escravidão. Não é isso o que se discute. O que está em discussão é uma construção imaginária que se apóia nessa “verdade de bom senso” para realizar a invenção da tradição do futebol sem distinguir e sem apresentar dados empíricos sobre suas afirmações.

Os exemplos que formam a gangorra discursiva da *luta e resistência* são constantemente repetidos da fonte original, o NFB. A insólita e repetida

“história” do jogador do Fluminense Football Club que passou pó-de-arroz no rosto para dissimular seus traços negros no ano de 1914,²⁷ o preconceito racial de nove jogadores-sócios que se desligaram do América quando o preto Manteiga, excelente ponta direita, integrou essa equipe,²⁸ a exploração de jogadores negros que, como Fausto,²⁹ morreram na miséria e doentes no sistema do amadorismo marrom (semiprofissionalismo), são mitemas constantemente acionados para corroborar a “história oficial” do futebol e, por extensão, enfatizar o racismo na sociedade brasileira. Se esses exemplos representam o momento baixo da “gangorra”, outros servem para inverter a posição do brinquedo. O Clube de Regatas Vasco da Gama, que representava a colônia portuguesa, com um time forjado por pretos, mulatos e brancos pobres e semi-analfabetos, foi campeão em 1923, mostrando à elite branca a força daqueles que eram considerados os “párias” da sociedade. Mas a vitória mestiça teria recebido de pronto a retaliação “branca”: os times de elite desligaram-se da Liga Metropolitana dos Desportos Terrestres (METRO), fundando a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA).³⁰ A mesma façanha do Vasco seria conseguida também pelo São Cristóvão em 1926 e pelo Bangu em 1933, todos seguindo a boa fórmula da mistura. As narrativas enfatizam que os negros teriam dado provas da força do estilo criado nas “peladas”, nos campos de várzea e nos terrenos baldios. De fato, a insistência na repetição parece indicar que se trata de uma “história exemplar”, de uma pedagogia ou de uma campanha de ideologização, ao invés de pesquisa e reflexão sobre a história.

Essas quase-histórias do Pó-de-arroz, do Manteiga e da perseguição ao Vasco são melhor explicadas pela tensão ocorrida nesse período entre o ethos amador, a popularização do futebol e as demandas de profissionalização, como demonstramos em outra oportunidade. O preconceito racial provavelmente existia, mas se confundia ou desaparecia com a idéia de distinção social. Tal como no caso dos negros que por pertencerem às elites eram embranquecidos.³¹

O estilo negado e construído à margem do “futebol branco” não tardaria a emergir como símbolo do Brasil e dos brasileiros. Reconhecido, cantado e elogiado por jornalistas e cientistas sociais, passou o futebol a fazer parte da definição da identidade brasileira. Os caminhos foram rapidamente percorridos. Com a ampliação da prática do futebol nos centros urbanos sua popularização tornou-se inevitável, embora esse processo tivesse ocorrido pela mão de alguns acasos animados por “tensões raciais e de classe”.

Democratização e afirmação do negro

O terceiro momento, da *democratização e afirmação do negro* no futebol, conta as aventuras e desventuras do herói negro no futebol: o início das conquis-

tas, das façanhas e das reações racistas, as derrotas e as vitórias sobre o racismo, até o triunfo final do negro na invenção e valorização do estilo brasileiro e seu reconhecimento e participação nos grandes times e, sobretudo, na seleção nacional. Também nesse caso a impressão dominante é a de uma história escolar ou pedagógica. A força desse estilo teria começado a dar provas do que seria seu futuro pelos pés de Friedenreich no Campeonato Sul-Americano de 1919. Esse mulato teria sido o primeiro ídolo do futebol brasileiro. Friedenreich é uma metonímia da miscigenação bem-sucedida, já que, filho de branco alemão e negra brasileira, continua sendo um membro das elites. Depois, como já visto, o Vasco com seu time mestiço revoluciona o futebol em 23, seguido de outros clubes que adotaram a fórmula da mistura de raças e classes.

O futebol se teria tornado, por volta de 1950, um meio de mobilidade social e econômica para aqueles que pertenciam à “metade inferior” da sociedade. Leônidas da Silva e Domingos da Guia são apresentados como os maiores exemplos de mobilidade social e econômica alcançada por negros no futebol. Os negros teriam ganhado posições de destaque no futebol brasileiro. Apesar disso a perseguição ao negro não havia terminado. O racismo teria sido reativado com a derrota do Brasil para o Uruguai na decisão da Copa de 1950. Nesse jogo final, quando todos apontavam o favoritismo brasileiro, o insucesso da equipe tornou-se motivo para que se apontasse a fragilidade emocional dos negros e de nossa “raça mestiça”. A ativação do racismo seria revelada ao se escolher, como “bodes expiatórios” da derrota, os negros brasileiros: Barbosa, Bigode e Juvenal.³² Diz Gordon Jr.:

O país cobriu-se de luto e vergonha, o povo tinha sido humilhado. Era preciso reconhecer os culpados. E como era de se esperar, os culpados foram reconhecidos nos negros. Não só em três negros do time, diretamente acusados pela derrota – Barbosa, Bigode e Juvenal – mas também na gota de sangue negro que havia constituído a própria civilização brasileira. A derrota para os uruguaiois trouxe à tona toda a carga racista enraizada em nossa sociedade. As acusações, repletas de rancor racista, vinham de todos os lados. “Bigode se intimidara frente a Obdúlio Varela, apanhara, era um covarde”. “A culpa é de Barbosa”. Por outro lado, o técnico Flávio Costa responsabilizava Juvenal, lembrando de seus defeitos: “cachaceiro”. (Gordon Jr., 1995: 71)

Gordon Jr., ao reproduzir a descrição e as imagens que têm sua origem em Mário Filho, apenas atualiza o mito. Observe-se que as acusações que descreve jamais poderiam ser encaradas como “repletas de rancor” racista. Bigode se intimidara por ter levado uns safanões de Obdúlio Varela (cena ou fato que Guedes diz não aparecer em nenhum dos periódicos que consultou em 1950);

Barbosa fora condenado por levar dois gols e Juvenal fora acusado de “cachaceiro” (com o sentido de irresponsável). Essas supostas injúrias poderiam ser consideradas racistas?

O racismo em 50 foi construído por Mário Filho para colocar o herói em nova situação de dano. Realizamos um levantamento das suas crônicas jornalísticas nos dias e nos anos que se seguiram à fatídica derrota, e verificamos que não aparecem nos jornais acusações e expressões racistas nem denúncias de sentimentos racistas.³³ O que se acha nos jornais é que ao brasileiro faltou raça, faltou fibra em 50. É necessário destacar que a idéia de recrudescimento do racismo não aparece nas crônicas de Mário Filho nos anos 50, mas só no NFB em 1964. Como o próprio Mário Filho escreve em uma de suas crônicas, intitulada “A lição da derrota no melhor momento do football brasileiro”:³⁴

(...) Culpava Bigode, culpava Barbosa, culpava o scratch que não vencera o match que não podia perder. E o que mais me revoltava era o fato de ter o scratch brasileiro perdido para um adversário que normalmente tinha de ser batido.

Diante da indiscutível superioridade do scratch brasileiro o torcedor não encontrava outra explicação a não ser a falta de fibra. O torcedor brasileiro não podia acusar os jogadores do scratch brasileiro de desinteresse.

Eu também participei dessa opinião quando enfrentei a derrota. Foi preciso que deixasse passar horas, revendo o match, e o match todo começou na manhã seguinte à grande vitória contra a Espanha (...)

Para vencer o Uruguai, foi isto que o match da decisão mostrou, bastaria que Bigode não falhasse duas vezes. Bastaria inclusive, que Bigode só falhasse num dos goals ou que Barbosa, mesmo Bigode falhando, não falhasse num dos goals.

Bigode e Barbosa não falharam por falta de fibra. Falharam porque sentiram demasiadamente a carga da responsabilidade de dar ao Brasil o título de campeão do mundo. (grifo nosso)

O que nos chama a atenção é o fato de os “novos narradores” não questionarem os dados e interpretações que consomem para construir sua “pedagogia” anti-racista. Não se perguntam por que apenas três negros foram escolhidos como bodes expiatórios, já que a seleção tinha outros pretos e mulatos que não foram acusados pela derrota. Como já foi visto, Barbosa, Bigode e Juvenal foram eleitos culpados, mas sobre Bauer, Jair da Rosa Pinto e Zizinho, todos com ascendência e traços de negro, não recaiu culpa alguma (Rodrigues Filho, 1964:

335). O óbvio é que os “bodes expiatórios” eram os jogadores da defesa brasileira que participaram direta ou indiretamente dos lances dos gols uruguaiois. Uma explicação mais sublimar e menos conspiratória seria pensar que, em futebol, a defesa e o goleiro aparecem facilmente como culpados e vilões das derrotas. Mas os “novos narradores” insistem, apoiados apenas no livro de Mário Filho, em utilizar o futebol como meio de política anti-racista. Ser anti-racista ou lutar contra o racismo é uma boa causa aqui e em outras latitudes, e é sem dúvida uma atitude louvável. O que não parece louvável é a atitude pouco distanciada que adotam para escrever uma história ou sociologia do futebol brasileiro que acaba, em função disso, convertendo-se em pura pedagogia anti-racista (cf. Soares, 1998-a).

As novas narrativas, incorporando a tradição, apontam que conspirações racistas sempre rondaram a formação dos selecionados brasileiros; essa idéia transforma-se em constante da história do futebol brasileiro. O racismo estaria na desconfiança de que pretos e mulatos não teriam o necessário equilíbrio psicológico em momentos decisivos. Contudo, o sentimento racista seria mais uma vez superado em 1958, apesar de o racismo também ter rondado a formação desse selecionado.³⁵ A façanha voltaria a ser realizada na Copa de 62. Apesar do racismo, o estilo dançado, gingado e improvisado do futebol brasileiro seria revelado ao mundo através do preto Pelé e do mulato Garrincha. O herói superou as provas na sua caminhada para o reconhecimento.

As novas narrativas não param em 62. Elas continuam a tradição de Mário Filho e reproduzem a estrutura do NFB. Maurício Murad propõe uma periodização para estudar o futebol brasileiro como uma forma privilegiada de entender a nossa sociedade. A periodização proposta, visivelmente inspirada no NFB, enfrenta problemas que não foram enfrentados por seu inspirador. Os recortes históricos propostos em ordenação cronológica geram problemas e mais problemas de coerência e consistência conceitual. Por exemplo, Mário Filho nunca afirmou categoricamente que os negros foram proibidos de jogar. Ele diz que existia preconceito, preferência pelos brancos, ou que o futebol inicialmente era restrito às elites. Isso não quer dizer, *prima facie*, que restrição signifique segregação estrita. Por exemplo, a maior parte da população brasileira não joga golfe e nem por isso se sente segregada ou é segregada desse esporte. O NFB também não fixa cortes temporais tão precisos e então pode voltar, e mesmo se desdizer, sem aparentemente desdizer-se. Já a periodização proposta por Murad cai nesta armadilha:

1894/1923 – pré-história – elitização e proibição dos negros e pobres; 1923/1933 – clandestinidade – fase inicial do ingresso de negros e pobres; 1933/1950 – revolução – democratização e popularização do futebol; 1950/1970 – consolidação – auge do futebol brasileiro

e conquista do tricampeonato, o 1º na história mundial; 1970/1990 (Copa da Itália, última conjuntura estudada) – declínio – retrocesso e “rebranqueamento”, pela subtração de oportunidade a negros e pobres. (Murad, 1994: 72)

Murad tenta criar uma nova situação de dano ao herói negro, afirmando que o insucesso na Copa de 1990 foi devido ao rebranqueamento da equipe. Sem nenhum argumento comparativo, afirma que houve rebranqueamento da seleção brasileira. É necessário observar que o referido texto foi escrito antes da Copa de 1994 e, pela lógica, poder-se-ia afirmar que o sucesso alcançado deveu-se à inclusão de negros.

Gordon Jr., na mesma direção, atualiza Mário Filho e propõe isolar

(...) 3 momentos (obedecendo, de certa forma, à própria estrutura de Mário Filho) que podem ser distinguidos ao longo da história do negro no futebol e de sua ascensão na sociedade nacional: 1 – A democratização do futebol brasileiro, no período que vai até a metade do século, no qual vemos lentamente a aceitação do negro e do mulato dentro do esporte; 2 – A Copa de 50: a tragédia da derrota reacendendo a discussão sobre as deficiências da raça brasileira, as acusações contra os negros e contra nossa própria “civilização mestiça”; 3 – O tricampeonato mundial em 1970: a “revanche do preto”, centralizada na figura de Pelé. (Gordon Jr., 1995: 76)

Quanto ao terceiro momento, Gordon Jr. esclarece em nota que, “[na] realidade, a segunda edição (ampliada em forma definitiva) do livro de Mário Filho não vai até a conquista do Tri, finalizando com a Copa do Mundo de 1962. Incluí propositalmente a Copa de 70 porque acho que ela é o coroamento do processo descrito por Mário como a revanche do preto” (Gordon Jr. 1995: 76).

A vontade de Gordon Jr. de escrever o último capítulo da obra de Mário Filho é explícita, e prova suficiente de como os “novos narradores” foram tragados pela narrativa.

Considerações finais

O futebol que nasceu nos campos de várzea, na “metade inferior” da sociedade brasileira, num país pobre e mestiço, afirmar-se-ia e continua a afirmar-se diante das grandes potências, seguindo a boa tradição de Mário Filho, quando inclui em seus quadros a sabedoria da mistura racial. Os “novos narradores” são a complementaridade que faltava à tradição iniciada por Mário Filho, isto é, a legitimação acadêmica ou científica das suas histórias de identidade e uma pedagogia do anti-racismo que usa como recurso o futebol.

A pedagogia anti-racista e o ataque à idealizada democracia racial brasileira acabam sendo englobados ou engolfados pela força da narrativa de Mário Filho sobre a trajetória do herói negro no futebol. Contudo, o futebol não parece ser o local mais propício para observar o preconceito, a discriminação e a “segregação” que desejam apresentar os “novos narradores”, na medida em que eles próprios afirmam ter sido esse esporte um meio privilegiado de mobilidade social e não somente no Brasil. Ao mesmo tempo, por também desejarem anunciar o futebol como elemento central da identidade brasileira, acabam apontando a raça, a miscigenação e o racismo como “causas” da construção desse sedutor estilo de futebol que encanta a eles próprios e ao mundo.

Enfatizando o já dito, e lembrando o alerta de Candido, o romance de tipo realista pode fornecer o clima ou uma certa visão da sociedade traduzida em termos de arte. Entretanto, para obtermos uma visão informativa, temos que consultar documentos e fontes primárias (Candido, 1993: 31). Nesse sentido, necessitamos começar a realizar novas leituras e novos levantamentos empíricos sobre a história do futebol brasileiro, ao invés de promover um discurso romântico de construção da nação ou de militância politicamente correta.

Notas

1. Entrevista a *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p. 268.

2. Cf. Rodrigues Filho (1964).

Utilizaremos aqui as iniciais NFB para nos referirmos ao livro. Mário Filho nasceu em 1908, foi jornalista, proprietário de jornal e escritor. No campo esportivo criou uma série de eventos e tradições via máquina jornalística.

3. Operacionalmente, utilizaremos a definição de mito proposta.

4. Os principais textos tomados como material empírico são os seguintes: Murad (1994, 1996 e 1998), Gordon Jr. (1995 e 1996), Leite Lopes (1994), Mattos (1997), Santos (1981) e Caldas (1990).

5. Defino “freyrismo popular” como a crença em que no Brasil não existe

racismo ou preconceito racial. Sabemos que Gilberto Freyre não compartilhava a idéia de que não existe racismo ou preconceito racial no Brasil. Essa idéia foi construída a partir da inspiração paretiana.

6. Cf. Souza (1996). Este estudo trabalha com hipóteses semelhantes. O texto de Vianna (1995) em muito inspirou a construção de nossas hipóteses.

7. A referência básica para pensar o NFB como estrutura do conto foi a obra de Propp (1984). O estudo de Propp foi uma das referências que Lévi-Strauss utilizou para pensar a estrutura do mito.

8. O autor não utiliza a idéia de segregação. Trabalha mais com a imagem de que os pretos e mulatos eram poucos nesse espaço social.

9. Mário Filho destaca jogadores negros e mulatos que pertenciam às elites. Cita Joaquim Prado, jogador do aristocrático Paulistano, Basílio Vianna, jogador e fundador do Botafogo, entre outros. Prado é descrito como um lorde pela educação, pela forma com que se vestia e pelas posses. Mário Filho diz que as pessoas não viam Joaquim Prado como negro, mas quando o viam assim era para admirá-lo mais. Cf. Mário Filho (1964: 12-3).

10. No sentido de auxiliar algum não brasileiro que venha a consultar este texto, esclareço que pelada ou racha significa um jogo de futebol onde o campo de jogo e as regras são improvisadas.

11. A AMEA é fundada em 1º de março de 1924.

12. O próprio Mário Filho comenta que o Botafogo em 1923 quase teria sido rebaixado para a divisão inferior e relata o conflito que surgiu a partir dos grandes clubes, quando estes reivindicaram mais cotas de poder no interior da antiga liga de futebol. Cf. Soares (1998-b).

13. Observe-se que esse título muito se assemelha ao título do último capítulo da primeira edição de *Sobrados & mocambos*, "Ascensão do bacharel e do mulato". Cf. Soares (1998-a), especialmente capítulo 5, "Gilberto Freyre e o negro no futebol".

14. Na p. 375 o autor cita *Sobrados & mocambos* em nota de rodapé.

15. Cf. Rosenfeld (1993). O autor diz que Mário Filho confunde mobilidade econômica com *status* ou mobilidade social. Por exemplo, pode-se ter mobilidade social sem se ter necessariamente mobilidade econômica.

16. A torcida nesse jogo, emocionada com a goleada, cantava a música de Braguinha "Touradas de Madri".

17. Cf. Vogel (1982). O autor realiza uma excelente análise sobre as representações

da derrota como morte. Cf. também Guedes (1977).

18. A história já se transformou em mito que ganha sempre uma nova versão. Cf. Soares (1998-a), especialmente capítulo 8.

19. Mário Filho, no capítulo "A provação do preto", prepara o terreno indicando que suspeitas eram levantadas quanto à capacidade moral e psicológica dos negros, principalmente para ocupar a posição de goleiro.

20. Freyre destaca, em *Ordem e progresso*, a surpresa dos estrangeiros por não existir no Brasil escravocrata nenhuma lei que estabelecesse diferenças de direitos civis entre brancos, negros e mulatos. Esta é uma das marcas que diferenciam, para Freyre, o preconceito racial no Brasil da segregação institucionalizada nos Estados Unidos. De fato, a confusão do preconceito com a segregação institucionalizada leva a uma indiscriminação sociológica. Cf. Freyre (1959: 298-337).

21. Cf. Skidmore (1994), especialmente o capítulo "O negro no Brasil e nos Estados Unidos".

22. Observe-se que toda a descrição de proibição anunciada por Mário Filho diz respeito aos critérios de definição do jogador amador, e esses critérios eram mais ou menos universalizados em todos os países onde o esporte não se tinha profissionalizado. O amadorismo deve ser pensado como um código de distinção social. Cf. Mandell (1986), Sacher & Palomino (1988) e Bourdieu (1983).

23. Nesse sentido conferir as interpretações de Murad (1998: 183-190).

24. *Diário de Pernambuco*, 17/6/38.

25. Observe-se como os termos *preconceito* e *segregação* são equivalentes no texto.

26. Observe-se que Gordon Jr. ataca a democracia racial e não relaciona o livro de Mário Filho como um típico exemplar dessa ideologia. Diz Gordon Jr. (1995:

74): “A constatação dessa lenta mudança, no entanto, não pode ser confundida com a idéia de plena ‘democracia racial’ ou com a ilusão de que por intermédio do futebol pusemos fim ao racismo. O livro de Mário Filho nos apresenta fatos que constituem um processo de democratização das relações raciais dentro da sociedade brasileira, no qual o futebol exerceu um papel de grande importância. Mas um processo que, não custa repetir, está longe de seu término.” O erro de Gordon Jr. é não ter consultado a primeira edição do NFB (1947) e observado que Mário Filho retirou as frases e parágrafos que tinham posto fim ao racismo no futebol para acrescentar dois novos capítulos na segunda edição.

27. Cf. Soares (1998-a), onde se demonstra que o racismo no sentido imputado ao “caso do *pó-de-arroz*” se enfraquece a partir da própria fonte utilizada. Carlos Alberto era jogador do América e, junto com outros jogadores, se havia transferido para o Fluminense. Conta a versão fundadora que Carlos Alberto teria sentido mais o peso de sua “mulatice” no Fluminense do que no América e por essa razão empoou o rosto para disfarçar sua cor.

28. Cf. Soares (1998-a). O jogador Manteiga era negro e praça da Marinha, e sua ida para o clube pequeno-burguês teria causado reações racistas. Também demonstro na mesma tese as inconsistências interpretativas desse caso.

29. Cf. Leite Lopes, (1994: 82). Esse autor cita caso do jogador Monteiro, que morreu de tuberculose, como “caso-limite e vítima do excesso de atividade, de abnegação pelo clube-empresa e do desgaste do amadorismo do jogador proletário”, descrito na obra de Mário Filho. Observe-se que a análise de Leite

Lopes é quase ficcional se pensarmos que a tuberculose não batia à porta somente de proletários e pobres naquela época.

30. Cf. Soares (1998-b). Demonstra-se no mesmo texto que a tensão entre a popularização do futebol e a ética do amadorismo explica mais a natureza desses conflitos do que a simples explicação de racismo. Observe-se que qualquer negro que aparecesse para jogar em time da primeira divisão, sem nome familiar de prestígio, tinha sua condição de amador colocada sob suspeita. Não se pode esquecer que naquela sociedade a maioria da população negra ocupava as posições inferiores, os empregos subalternos. A lógica de “quanto melhor condição social e econômica, maior a probabilidade de o jogador ser amador” governava o esporte. Assim, é provável que a desconfiança fosse maior em relação aos negros sem sobrenome de prestígio. No caso de um Joaquim Prado, membro de tradicional família paulista, negro e jogador do requintado Paulistano, não pairaria dúvida sobre sua condição de amador. Esse argumento pretende chamar a atenção para as confusões que se estabelecem entre distinção social e racismo.

31. Cf. Soares (1998-b).

32. Cf. Soares (1998-a). Demonstra-se que esse é mais um dos mitos construídos a partir do jornalista Mário Filho.

33. Acompanhamos as crônicas de Mário Filho no *Jornal dos Sports* de julho de 1950 a agosto de 1954.

34. *Jornal dos Sports*, 22/7/50, p. 5.

35. Cf. Gordon Jr. (1996), especialmente seus comentários: a nota 8 que diz que essa versão de Mário Filho não é aceita de forma unânime. Mas muitos dos “novos narradores” a citam, e Murad é um exemplo.

Referências bibliográficas

- ARCHETTI, E. P. 1995. "Estilo y virtudes masculinas en El Gráfico: la creacion del imaginário del futebol argentino", *Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Desarrollo Económico y Social*. Buenos Aires, Argentina.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. "Como se pode ser esportivo". In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- CALDAS, Waldenyr. 1990. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro*. São Paulo, Ibrasa.
- CANDIDO, Antonio. 1993. *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades.
- CORRÊA, L. H. 1985. Racismo no futebol brasileiro. In: DIEGUES, Gilda Korff (org). *Esporte e poder*. Petrópolis, Vozes.
- FREYRE, Gilberto. 1959. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- . 1981. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 6ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- GALEANO, Eduardo. 1995. *El fútbol a sol y sombra*. Siglo XXI de España..
- GORDON Jr., Cesar C. 1995. "História social dos negros no futebol brasileiro", *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 2, p. 71-90.
- . 1996. "'Eu já fui preto e sei o que é isso' – História social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo", *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 3/4, p. 65-78.
- GUEDES, Simoni L. 1977. *O futebol brasileiro – instituição zero*. Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional, tese de mestrado.
- HOBBSBAWM, E. 1990. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . 1997. "A produção em massa de tradições: Europa, 1789 a 1914". In: HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. *A invenção de tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . 1998. *Sobre a história*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LOPES, José S. Leite. 1994. "A vitória do futebol que incorporou a pelada", *Revista da USP*, Dossiê Futebol, São Paulo, USP, n. 22 (jun, jul, ago), p. 64-83.
- MANDELL, Richard D. 1986. *Historia cultural del deporte*. Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- MATTOS, Cláudia. 1997. *Cem anos de paixão: uma mitologia carioca no futebol*. Rio de Janeiro, Rocco.
- MURAD, Mauricio. 1994. "Corpo, magia e alienação – O negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social", *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 0, p. 71-78.
- . 1996. "Futebol e violência no Brasil", *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 3/4, p. 89-103.
- . 1998. "Corpo, magia e alienação – o negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social". In:

- Memórias do Congresso Mundial de Educação Física AIESEP/1997*. Rio de Janeiro, Editoria Central Gama Filho.
- PROPP, V. I. 1984. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- RODRIGUES FILHO. 1943. *Copa Rio Branco*, 32. Prefácio de José Lins do Rego. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti.
- . 1964. *O negro no futebol brasileiro*. 2ª ed. ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. (1ª ed. *O negro no foot-ball brasileiro* [prefácio de Gilberto Freyre]. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1947).
- ROSENFELD, Anatol. 1993. *Negro, macumba e futebol*. São Paulo, Perspectiva.
- SANTOS, Joel R. dos. 1981. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.
- SACHER, A. & PALOMINO H. 1988. *Fútbol: pasión de multitudes y elites: un estudio institucional de la Asociación de Fútbol Argentino (1934-1986)*. Buenos Aires, CISEA (Centro de Investigaciones Sociales sobre el Estado y la Administración).
- SKIDMORE, Thomas E. 1994. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOARES, A. J. G. 1994. *Malandragem, futebol e identidade*. Vitória, UFES-SPDC.
- . 1998-a. *Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial*. Rio de Janeiro, UGF, PPGEF, tese de doutorado.
- . 1998-b. “O racismo contra o Vasco e a fundação da Amea: uma história de identidade”. In: *VI Congresso de História do Esporte, Lazer e da Educação Física: coletânea*. Rio de Janeiro, Editoria Central Gama Filho/IHBG/INDESP, vol. 6, p.139-145.
- & LOVISOLO, H. 1997. “O futebol é fogo de palha: a profecia de Graciliano Ramos”, *Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, Rio de Janeiro, Uerj, Departamento Cultural/SR-3, n. 2.
- SOUZA, Marcos A. 1996. “Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro”, *Cadernos Pagu – Raça e gênero*. Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos do Gênero, jun-jul.
- VIANNA, Hermano. 1995. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VOGEL, A. 1982. “O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional”. In: DAMATTA, Roberto (org). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakotheke.
- WATT, Ian. 1997. *Mitos do individualismo moderno*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Palavras-chave:**
futebol brasileiro, nacionalismo, raça, racismo, história do futebol, identidade.
- (Recebido para publicação em dezembro de 1998)